

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**PROJETO ÁBACO**  
**DIA 12.12.2024**  
**(SIMP 000014-023/2023)**

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e sete minutos, no auditório do Ministério Público, localizado na Rua Lindolfo Monteiro, nº 911, foi realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA promovida pelo Promotor de Justiça Titular da 36ª Promotoria de Justiça de Teresina, Flávio Teixeira de Abreu Júnior.

A iniciativa da audiência surgiu da necessidade de apresentar o Projeto Ábaco aos representantes de entidades e órgãos públicos e privados que atuam na defesa do meio ambiente e no saneamento básico. Bem por isso, teve como foco o debate sobre os obstáculos encontrados para a discussão do orçamento nessas áreas, a sugestão de melhorias nos portais de transparência e o incentivo ao uso das ferramentas disponíveis na internet para o acompanhamento e fiscalização da execução dos orçamentos.

Edital publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Piauí (Diário Eletrônico do MPPI ANO VIII - Nº 1681 Disponibilização: Terça-feira, 26 de Novembro de 2024 Publicação: Quarta-feira, 27 de Novembro de 2024), respeitando-se a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, conforme disposição do art. 3º da Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público (Redação dada pela Resolução nº 159, de 14 de fevereiro de 2017).

Presentes a coordenadora da Rede Ambiental do Piauí - REAPI, sra. Tânia Martins Santos, dos gerentes do Instituto de Saneamento Básico do Piauí - ISBPI, sr. José Martins e sra. Juliana Martins, do Diretor de Operações do Instituto de Saneamento Básico do Piauí - ISBPI, sr. Orlando de Carvalho Sá Carlos, e o Diretor-Geral do Instituto de Saneamento Básico do Piauí - ISBPI, sr. Magno Pires.

**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA  
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA  
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

A dinâmica da reunião consistiu em: 1) detalhar os objetivos do Projeto Ábaco; 2) dar a palavra aos convidados a fim de que expusessem eventuais questionamentos; 3) esclarecer os pontos levantados pelos convidados; 4) reforçar a importância de discutir a repartição do orçamento pela população.

O promotor iniciou sua explanação ressaltando os desafios enfrentados na repressão à improbidade administrativa, destacando que, muitas vezes, a atuação ocorre após o desvio de recursos, dificultando a recuperação do montante desviado. Relatou sua experiência em José de Freitas, onde incentivou a realização de audiências públicas para discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA), citando que em a Lei Orgânica de José de Freitas prevê mínimo de 30 dias para o projeto de lei ficar disponível à sociedade antes da votação.

Lembrou a participação de um morador de José de Freitas que, durante uma audiência pública para discussão da Lei Orçamentária Anual, questionou diretamente o planejamento orçamentário apresentado pelo secretário de obras: Relatou que o gestor apresentou os gastos previstos para ano seguinte, incluindo a construção de praças e outras obras. Um senhor, morador próximo ao Açude da Pitombeira, interveio e disse: *"Vocês estão construindo praças e tudo, mas praça a gente já tem muitas aqui em José de Freitas. Eu não estou vendo nenhum dinheirinho para o Açude da Pitombeira, que está se acabando."*

A partir desse relato, o promotor enfatizou a relevância da participação cidadã nas discussões orçamentárias, destacando que a fiscalização pública é fundamental para garantir que os recursos sejam alocados de maneira eficaz e atendam às necessidades reais da população.

Na continuidade da audiência, o Promotor destacou a importância do Projeto Ábaco em incentivar a sociedade a acessar e analisar os dados disponíveis nos portais de transparência pública. Em seguida, sugeriu a criação de um portal de transparência específico para o Instituto de Saneamento Básico do Piauí (ISBPI): "(é importante que) o instituto tenha o seu portal de transparência para não ficar na vala



**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA  
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA  
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

*comum, não é?(...) para a sociedade (verificar) o que é que o estado está gastando com saneamento básico."*

Em resposta, o Gerente do ISBPI, Sr. José Martins, comprometeu-se a implementar a sugestão, explicando que o Instituto atualmente é vinculado à Secretaria das Cidades e presta contas a esse órgão.

Durante a exposição, o Promotor enfatizou a utilidade de ferramentas como o Power BI para organizar e visualizar os dados de forma eficiente, demonstrando exemplos práticos, como a análise das emendas parlamentares de 2024. Ele destacou que, embora haja recursos alocados para diversas áreas, como cultura (muitas vezes com despesas ligadas a shows artísticos), os valores destinados à gestão ambiental e ao urbanismo são frequentemente insuficientes.

O Promotor fez uso de um gráfico confeccionado pela Assessoria Especial de Planejamento e Gestão, em apoio ao Projeto Ábaco da 36ª Promotoria de Justiça, para ilustrar a destinação das emendas parlamentares de 2024. Foi verificada, a título de exemplo, a atuação do deputado Fábio Novo, que concentrou boa parte de suas emendas em projetos culturais, especialmente no financiamento de shows artísticos. Por sugestão dos participantes, analisou-se também a atuação do deputado Henrique Pires, constatando-se que ele destinou os recursos das emendas parlamentares de forma mais diversificada, abrangendo urbanismo, administração e, de maneira significativa, gestão ambiental.

O promotor informou que, uma reunião recente com representantes de pessoas com deficiência, trouxe à tona a dificuldade que esse grupo enfrenta para acessar informações claras sobre os recursos destinados a políticas públicas para inclusão e apoio a essa população.

Na sequência, foi discutida a diferença entre o orçamento participativo e o conceito mais amplo do controle social sobre o orçamento público. O orçamento participativo, apesar de ser uma ferramenta importante, tem suas limitações, pois segue normas e diretrizes fixadas pelo governo. O Promotor esclareceu que o Projeto



**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA  
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA  
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

Ábaco vai além, buscando um acompanhamento mais profundo e livre das limitações de uma participação restrita a determinadas regras.

Em seguida, o promotor fez uma demonstração prática de como utilizar o Portal da Cidadania do Tribunal de Contas, uma ferramenta importante para a transparência pública, permitindo a consulta detalhada sobre os gastos do governo. O Promotor, com o apoio da ferramenta, apresentou dados sobre as despesas de diversos órgãos, começando pela Assembleia Legislativa, que em 2023 registrou gastos de aproximadamente R\$ 500 milhões.

Ato contínuo, foi comparado o valor gasto pela Assembleia Legislativa com o valor gasto pelo MPPI em 2023, mostrando que as despesas da ALEPI são quase o dobro do MPPI..

O Promotor explicou que o Projeto Ábaco não tem como objetivo confrontar ninguém, mas sim unir esforços para promover a fiscalização e o acompanhamento das ações públicas de forma colaborativa. Ele enfatizou a importância da sociedade em participar ativamente desse processo, discutindo e fiscalizando os gastos públicos.

A seguir, o Promotor fez uma demonstração prática de como acessar informações no Portal de Transparência do Estado do Piauí. Durante a demonstração, o Promotor também apontou algumas dificuldades que ainda existem na clareza dos dados apresentados, mencionando que, em alguns casos, as despesas são categorizadas de maneira genérica e não detalham claramente os itens gastos. Ele destacou a importância de melhorar a transparência e a organização das informações.

O Promotor ressaltou a importância do uso de ferramentas como o Power BI, que permite uma análise rápida e eficiente dos dados financeiros. Ele destacou que essas ferramentas são fundamentais para garantir a transparência e facilitar a fiscalização dos gastos públicos.

Expressou, ainda, seu desejo de que as audiências públicas se tornem um evento regular e mais engajado, onde a sociedade não



**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA  
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA  
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

apenas participe esporadicamente, mas ativamente, em todos os debates sobre o orçamento do Piauí e dos municípios.

Em seguida, foi dada a palavra ao Diretor-Geral do Instituto de Saneamento Básico do Piauí (ISBPI), sr. Magno Pires. Ele iniciou sua fala esclarecendo que, apesar de ser o órgão responsável pela gestão do saneamento básico no estado, o ISBPI tem enfrentado dificuldades devido à falta de integração e entrosamento com outras entidades, como a Secretaria do Meio Ambiente e o Ministério Público. Ele mencionou que, embora o ISBPI seja legalmente o responsável pelo saneamento básico, o estado carece de um alinhamento eficaz entre as diferentes instituições.

Ele explicou que, apesar de sua responsabilidade legal, o Instituto tem sido marginalizado de discussões e decisões cruciais para o desenvolvimento das políticas de saneamento no estado.

O Diretor destacou a importância de uma colaboração mais estreita entre os diferentes setores do governo para garantir a aplicação eficaz das políticas públicas e o uso adequado dos recursos. Ele ressaltou que, apesar dos desafios enfrentados, o ISBPI continua a trabalhar para cumprir sua missão, mas precisa de apoio mais eficaz de outros órgãos para avançar.

O Diretor também compartilhou os esforços do ISBPI em parceria com os municípios para a criação de consórcios municipais, uma medida estratégica para expandir o acesso ao saneamento básico nas áreas mais carentes. Ele enfatizou que, embora o trabalho esteja em andamento, a falta de recursos e a ausência de colaboração entre os órgãos ainda são obstáculos significativos.

Ao final de sua fala, o Diretor fez um apelo pela cooperação entre os diversos setores do governo, ressaltando que o ISBPI está comprometido em cumprir sua função, mas que a colaboração e o entrosamento entre as instituições são fundamentais para que o estado consiga avançar na implementação das políticas de saneamento.



**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA  
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA  
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

Em resposta o promotor iniciou destacando seu respeito e reconhecimento pelo profissionalismo da Dra. Áurea, enfatizando que, apesar de eventuais conflitos, o objetivo de todos os envolvidos é sempre o mesmo: garantir o bem público. Ele fez uma analogia com sua experiência ao assumir promotorias no interior, ressaltando que, embora promotores e prefeitos possam discordar, ambos têm o compromisso de trabalhar pelo interesse da sociedade. O Promotor reforçou a necessidade de desarmar as tensões.

Em réplica, o diretor falou sobre os desafios emocionais e profissionais que surgem no processo, principalmente quando se lida com situações de pressão. Ele reconheceu que essas dificuldades podem gerar desgaste, mas destacou que, apesar disso, o compromisso com o trabalho deve ser inabalável, sempre em prol da sociedade.

Retomando a temática da audiência, o promotor destacou um dos principais desafios enfrentados: a dificuldade em obter informações essenciais de alguns órgãos públicos. Ele trouxe à tona um caso específico envolvendo a Águas de Teresina, onde, após uma denúncia de que essa empresa não havia prestado informações a um particular sobre o repasse de R\$ 65.000.000 para a Agespisa, foi necessário a instauração de uma investigação para encontrar as provas necessárias.

Ele explicou o processo de investigação, mencionando que, após não encontrar as respostas nos portais oficiais, foi preciso oficial os órgãos envolvidos. Só então, após essa ação, foi possível obter o extrato bancário que comprovava o repasse do valor.

O promotor reiterou a importância da transparência pública e a responsabilidade dos órgãos em fornecer informações. Ele ressaltou que, quando essa uma solicitação de informação é negada, isso pode ser considerado uma violação da Lei de Acesso à Informação, configurando improbidade administrativa.

Refletiu que, para reduzir a quantidade de demandas sobre a solicitação de informações, seria necessário melhorar os portais de transparência e garantir que esses sistemas fossem mais acessíveis e



**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA  
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA  
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

eficazes. Ele ressaltou que a transparência é essencial para evitar sobrecarga de solicitações de informações e aumentar a confiança da sociedade.

Após conceder a palavra aos participantes e não havendo mais manifestações, o Promotor de Justiça informou que serão realizadas futuras oficinas para aprofundar a análise das previsões orçamentárias e a fiscalização dos gastos públicos, com o objetivo de utilizar as ferramentas disponíveis para assegurar a transparência e a efetividade das políticas públicas. Em seguida, o Promotor de Justiça agradeceu a participação de todos e audiência foi encerrada às 10h13min.

A presente ata foi redigida Larissa da Costa Ferreira, servidora designada para o ato, matrícula nº 20069, e revisada pelo Promotor de Justiça Titular da 36ª Promotoria de Justiça de Teresina, Dr. Flávio Teixeira de Abreu Júnior, e constitui memória sintética da audiência.

São anexados a esta ata os seguintes documentos: lista de frequência e link para acesso à gravação de áudio e/ou audiovisual da audiência.

---

**Flávio Teixeira de Abreu Júnior**  
***Promotor de Justiça***

---

**Larissa da Costa Ferreira**  
***Assessora da 36ª PJT***  
**Mat. 20069**

